



5495 - Trabalho - 39ª Reunião Nacional da ANPED (2019)
GT23 - Gênero, Sexualidade e Educação

A chegada do discurso ?ideologia de Gênero? no contexto educacional brasileiro.
Thais C M Gava - Fundação Carlos Chagas - FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Introdução

Entre os anos de 2014 e 2015, um debate acalorado ocorreu no Brasil em torno da tramitação do Plano Nacional de Educação (PNE), em razão de uma intervenção direta - de setores conservadores da sociedade - a qualquer menção no documento que fizesse referência aos termos gênero, sexualidade, diversidade sexual e orientação sexual. Protagonistas desta intervenção usaram a expressão "ideologia de gênero" para fazer alusão a um suposto caráter doutrinário que uma educação em gênero e sexualidade poderiam ter na formação moral de crianças e adolescentes.

Foram diversos os embates, durante os quais se criou progressivamente um pânico moral (COEHN, 1987), uma ofensiva travada contra uma suposta dissolução dos papéis sociais atribuídos aos homens e às mulheres e, conseqüentemente, da família nuclear e da sociedade (MISKOLCI; CAMPANA, 2017). Esse alarde ganhou o espaço público, no momento em que essa discussão questionava a ideia de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, com forte questionamento dos direitos dessas pessoas em desenvolvimento e de quem seria a responsabilidade por essa formação.

Este enfrentamento teve como resultado a exclusão destes termos não só do PNE, como também de parte dos planos estaduais de educação e desencadeou um patrulhamento contras escolas e docentes que tratassem das questões de gênero e de sexualidade no ambiente escolar.

Pode-se dizer que este evento foi um divisor de águas, colocando o debate de gênero na centralidade política brasileira, a ponto de, nas eleições presidenciais de 2018 no país, o enfrentamento à "ideologia de gênero" na educação ser um dos pilares da campanha do candidato eleito. Neste cenário, a Educação é entendida, por setores conservadores e progressistas da sociedade brasileira, como uma arena importante para disputas que coloca em cena de um lado discursos e retóricas conservadoras baseados em preceitos morais e religiosos que ignoram os marcos legais brasileiros e do outro, falas em que a instituição escolar é parte de uma estrutura de concretização de um projeto de país que tem como referência valores como a laicidade e ideias democráticos.

Sabe-se que o movimento que ocorre no Brasil está em consonância com uma estratégia mundial de setores ultraconservadores (CASTELLS, 2018; CORNEJO-VALLE; PICHARDO, 2017), na qual o intuito é barrar ou fazer retroceder o avanço de políticas direcionadas à garantia e/ou ampliação dos direitos de mulheres e de pessoas LGBT, assim como direitos sexuais e reprodutivos que colidem com valores morais tradicionais, posições religiosas conservadoras no campo da bioética (JUNQUEIRA, 2017) e recusa das novas configurações familiares (ROSADO-NUNES, 2015).

A proposta do presente trabalho é explorar como o discurso da "ideologia de gênero" é operacionalizado no Brasil, em especial no contexto educacional. Trata-se de um exercício analítico para entender quais as estratégias utilizadas pelo campo ultra-conservador para o enfrentamento do discurso dos direitos humanos, as escolhas feitas no presente para a manutenção dessa proposta dentro de um projeto de sociedade e, quem sabe, a construção de elementos que possam problematizar e criar alternativas para esse discurso. Para tanto, o trabalho inicia com uma discussão sobre a construção do discurso da "ideologia de gênero", para em seguida explorar brevemente as distintas maneiras como ele aparece nos discursos educacionais do país.

A construção de um discurso.

A genealogia da produção discursiva da "ideologia de gênero" é explorada por diversas autoras e autores nos últimos anos, principalmente na América Latina e Europa. Trata-se de um trabalho fundamental, pois são diversos os rastros perdidos e pontos cegos (CORRÊA, 2017) ao longo das últimas décadas, que necessitam ser explorados para que se possa entender a magnitude deste projeto conservador na construção de um significante vazio, mas que ao mesmo tempo funciona de distintas maneiras em diferentes contextos.

O discurso da "ideologia de gênero" vem sendo estruturado desde a década de 1990, no interior da Igreja Católica, como uma resposta aos embates realizados nas Conferências das Nações Unidas frente às disputas sobre as definições de reprodução, gênero, família e sexualidade, nas quais as premissas naturalistas foram paulatinamente desconstruídas e deram espaços para construções teóricas que levavam em consideração os embates feministas realizados até o momento no que se referia a agenda de negociação da ONU (CORRÊA, 2018).

Pode-se dizer que, nessa primeira década, setores mais conservadores da Santa Sé foram buscar na base das teorias feministas as justificativas para a criação de um contra discurso, a partir de uma gramática, mas que pudesse fazer enfrentamento às novas possibilidades de organização que estavam sendo negociadas até então. A título de exemplo vale o destaque para dois documentos apresentados pela igreja católica para a comunidade global: o *Léxico: Termos ambíguos e discutíveis sobre a vida em família e questões éticas (2003)*, no qual a expressão "ideologia de gênero" é definida como uma artimanha de feministas radicais para o esfacelamento da unidade social, a família, a partir do questionamento das diferenças sexuais. Já a *Carta ao Bispos da Igreja sobre Colaboração de Homens e da Mulheres na Igreja e no Mundo (2004)* não faz menção específica à expressão, mas há todo um discurso que questiona as premissas dos estudos de gênero, mais especificamente às críticas a heteronormatividade. Esses documentos são importantes, pois eles dão um retrato da maneira como a igreja católica estava se estruturando para fazer frente ao movimento feminista e ao seu questionamento dos preceitos religiosos.

Da década de 1990 para cá, discursos utilizando "teoria/ideologia de gênero" ou simplesmente *gender*, são encontrados

em documentos que circulam em diversos países, todos com o mesmo intuito de questionar quaisquer políticas sociais, reformas jurídicas ou ações nas áreas da saúde e educação que busquem promover os direitos sexuais e reprodutivos que sejam divergentes a esta ordem religiosa e conservadora.

Para a Igreja, a fragilização do modelo tradicional de família sobre o qual se assenta o edifício mais que milenar de sua institucionalidade soa como o alarme que anuncia a sua própria fragilização. A manutenção do dispositivo familiar tal qual ela ajudou a modelar e? crucial para a instituição. Diante do avanço dos ideais democráticos de sociedades que se regulam pelo contrato entre indivíduos livres, a Igreja investe na defesa da moralidade social, política e individual. Apresentar-se como a guardiã da moral e? uma de suas estratégias para que seu discurso e sua ação na esfera pública sejam recebidos e aceitos (ROSADO-NUNES, 2015, p.1254)

Essa resposta católica, vem ao encontro a outras manifestações que Manuel Castells (2018) chama de ruptura da democracia liberal. O autor coloca que estamos diante uma crise global multifacetada (política, econômica, moral, migratória e ecológica) vivenciada de distintas maneiras em diferentes países, mas que tem como pano de fundo o questionamento da democracia liberal, uma deslegitimação dos sistemas institucionais, políticos e de representação. Segundo ele,

este processo é, de certo modo, universal nos regimes democráticos. Sistemas institucionais sem a menor preocupação democrática, como China e Rússia, funcionam com eficácia e obtêm consenso cidadão a partir da emoção mais primitiva e mais eficaz: o medo; e como, ao mesmo tempo, são capazes de assegurar certo crescimento econômico e distribuição suficiente para melhorar sua situação... Resulta que os modelos capazes de funcionar a nível de gestão política são hoje os modelos autoritários." (CASTELLS, 2017,s/p)

Seguindo esta linha de pensamento, é possível dizer que esta estratégia foi lida com mais facilidade pelos setores conservadores, que foram capazes de gestar outras formas de discursos pautados no pânico moral e que pudessem criar elementos que fossem capazes de romper as referências dos direitos humanos, em especial os direitos sexuais e reprodutivos, a partir do questionamento do gênero como um conceito e a retomada de valores religiosos tradicionais em detrimento de valores democráticos. Em outras palavras, para se falar de gênero é necessário explicar e justificar o componente teórico em contraposição aos inúmeros preconceitos e estruturas naturalizadas/essencializadas alocadas num discurso religioso e de fé dogmática.

Mónica Cornejo-Valle e Ignacio Pichardo (2017), apresentam em seu trabalho outras estratégias utilizadas pela igreja católica na Espanha para o enfrentamento à gramática feminista que estava sendo construída até o momento. Os autores ainda chamam a atenção para o que eles denominam como laboratório europeu para as estratégias baseadas no discurso da "ideologia de gênero", ou seja, apresentam o contexto espanhol como uma possibilidade de análise para eventos que estão sendo observados em diversos países e que tem em comum

contactos entre los organizadores locales y el movimiento internacional, el mismo lenguaje hiperbólico, los mismos términos exportados y traducidos, un repertorio de movilización semejante con grandes manifestaciones urbanas y simbología compartida, unos mismos temas detonadores de la movilización (matrimonio entre personas del mismo sexo, interrupción voluntaria del embarazo, reconocimiento de la identidad de género de las personas trans, adopción por parejas del mismo sexo) y vínculos con actores sociales ultraconservadores. (CORNEJO-VALLE; PICHARDO, 2017)

Trata-se da construção de um significante que possa fazer frente ao avanço de políticas voltadas a garantir ou ampliar os direitos humanos de mulheres, pessoas com orientações diversas às das heterossexuais e outros dissidentes da ordem sexual e de gênero. Rogério Junqueira (2017) coloca que a "ideologia de gênero" surge a partir de um movimento que busca promover a restauração da ordem sexual tradicional e "reforçar as disposições relativas às normas de gênero, à heterossexualidade obrigatória e à heteronormatividade" (JUNQUEIRA, 2017, p 45) e que, atualmente, estamos vivendo um processo de construção de uma *categoria política reacionária* que

vai além das categorias de percepção, classificação, hierarquização, marginalização e estigmatização. Mais do que isso, 'teoria/ideologia de *gender*', uma categoria retórica, tornou-se uma categoria política no sentido estrito e, então, uma poderosa categoria de mobilização política autoritária e reacionária" (JUNQUEIRA, 2017 p.47)

Pode-se dizer que a disputa tomou corpo e irradiou para diversas esferas sociais. Se, num primeiro momento, poderia ser dito que o discurso da "ideologia de gênero" era um discurso religioso com preceitos essencialistas, o que se vê é uma construção mais complexa, envolvendo a apropriação de outras gramáticas para a aproximação de outras áreas nas disputas conservadoras que utilizam a "ideologia de gênero" para derrubar direitos e políticas considerados por muitos como algo consolidado, tanto no campo da saúde, educação e bem-estar social.

Joan Scott (2018), ao comentar as falas de diversas pesquisadoras sobre a relação entre o conceito de gênero e o Vaticano, enfatiza que o discurso da Santa Sé contém um paradoxo, ou seja, por mais que ele seja estruturado para rechaçar o gênero, ele se adequa ao conceito quando recorre à premissa da igualdade na diferença para justificar justamente a restrição da igualdade das mulheres em relação aos homens,

Muestran que incluso cuando el Vaticano pelea su guerra contra el *género* ajusta su propio lenguaje para estar a la altura del desafío de las/os teóricas/os feministas y queer. Así, Mary Anne Case rastrea el surgimiento reciente de la noción de complementariedad de hombres y mujeres en la doctrina católica y la estratégica inserción de la *igualdad* entre los sexos en el período iniciado a partir de la segunda posguerra. Sara Garbagnoli muestra que el Vaticano insiste en defender las naturalezas de origen divino de hombres y mujeres pero ahora, para repudiar al feminismo, habla en términos de igualdad en la diferencia en vez de hablar de la sumisión de las mujeres al dominio de los hombres. (SCOTT, 2018, p81)

Sônia Corrêa (2018) ao fazer a genealogia da "ideologia de gênero", traz luz ao impacto desse discurso para Brasil e para outros países da América Latina. Para ela, não é possível que as ocorrências atuais sejam relacionadas somente a mais um investida institucional e conservadora da Igreja Católica contra as pautas democráticas de gênero e sexualidade, para a pesquisadora, "os ataques a gênero se articulam de maneira visceral com processos macropolíticos" (CORRÊA, 2018) tanto na Europa, quanto na América Latina com similaridades tanto no discurso, quanto na gramática utilizada, sendo a "ideologia de gênero" o significante utilizado para a demarcação de uma posição de batalha frente a possibilidade de ações no campo progressista nas diversas áreas.

Se globalmente este discurso é vinculado a Santa Sé, em um nível local, como é o caso do Brasil, por exemplo, é possível observar o apoio de diferentes movimentos da sociedade civil como as associações Pró-vida e Pró-família, além de grupos evangélicos pentecostais, grupos conservadores sem necessária vinculação político-religiosa.

Aqui é importante resgatar o conceito de gênero, como proposto por Scott, "*elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos*" (SCOTT, 1995, p.21), uma categoria útil de análise para entender a utilização das diferenças de sexo na estruturação das relações de poder. Em recente entrevista, a autora reafirma a atualidade do conceito

...quando tentamos entender como as diferenças de sexo são definidas em contextos específicos e quais são os efeitos dessas definições [...] as perguntas sobre como, quais as ressonâncias e que processos estão em jogo; quais os tipos de transgressões e oposições são possíveis; são as perguntas que permitem uma análise crítica e que produzem o melhor e mais incisivo conhecimento feminista. (SCOTT, 2016, s/p).

Essa lente possibilita a explicitação de similaridades na sua estrutura global, mas auxilia também a análise do caráter tortuoso desses processos vivenciado localmente nos diferentes países. Se globalmente este discurso é vinculado a Santa Sé, em um nível local, como é o caso do Brasil, por exemplo, é possível observar o apoio de diferentes movimentos da sociedade civil como as associações Pró-vida e Pró-família, além de grupos evangélicos pentecostais, grupos conservadores sem necessária vinculação político-religiosa. Especificamente para este trabalho a proposta é investigar a maneira como o discurso da "ideologia de gênero" chega no Brasil e como ele está sendo operacionalizado, em especial no contexto educacional.

A operacionalização da ideologia de gênero no Brasil.

Claudia Vianna (2018) em seu livro sobre a produção de políticas educacionais de gênero e diversidade sexual apresenta um cenário de disputas, nas quais - nas palavras da própria autora - os últimos anos foram marcados por danos políticos que evidenciam o discurso da "*o lugar de gênero e da diversidade sexual nas políticas públicas de educação é um lugar que nunca existiu de fato*" (VIANNA, 2018, p. 97).

Falar do discurso da "ideologia de gênero" no Brasil é falar desse não-lugar, ou seja, de uma disputa histórica para inserção ou proibição dos temas relacionados a gênero e sexualidade nas políticas públicas, em especial para este trabalho, nas políticas educacionais. Richard Miskolsi (2018) faz a mesma ponderação alertando para a necessidade de analisar o discurso da "ideologia de gênero" como um eixo articulador de diferentes grupos de interesses para a construção de uma agenda conservadora, em que há um combate às pautas morais - que na maioria das vezes estão ligadas aos direitos sociais - e um enaltecimento das políticas econômicas ultraliberais.

O fantasma da "ideologia de gênero" tem contribuído para angariar adesão a grupos de interesses que defendem pautas que representam o primeiro grande retrocesso em matéria de cidadania desde a Constituição de 1988. Da citada censura ao termo gênero nos planos de educação, à reforma trabalhista, à tentativa de flexibilização das normas contra o trabalho escravo, às propostas de "leis da mordaza" até as perseguições ao trabalho intelectual, artístico e docente que marcaram os últimos anos." (MISKOLSI, 2018, s/p)

Denise Carreira (2015), em sua tese sobre a construção da agenda das diversidades no campo educacional nos governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016), descreve detalhadamente o impacto do discurso da "ideologia de gênero" na tramitação do PNE e destaca o fato de ele estar inserido num contexto político mais amplo e complexo, a partir do qual é possível apreender outros marcos e atores presentes que fizeram a discussão ir além do âmbito da educação e construíram as bases para um projeto político, religioso e ultraconservador de reformulação da sociedade.

Essa característica, no cenário brasileiro, pode ser entendida também a partir da utilização do discurso da "ideologia de gênero" como plataforma política nas diferentes instâncias governamentais e a sua forte associação às gestões do Partido dos Trabalhadores (PT), ou seja, a capilaridade das políticas de gênero e sexualidade neste período ficou associada aos governos do PT, partido identificado no campo progressista.

Esta ligação resultou em mais um elemento de polarização entre as vertentes políticas partidárias no país, além de ampliar a desconfiança de parte da população frente ao suposto caráter doutrinário das propostas e ações nesta agenda. .

Toda essa discussão fortaleceu outro movimento no cenário brasileiro, o do "Escola sem Partido" (ESP) que ganha força ao propor diversos projetos de lei em tramitação em câmaras municipais, assembleias legislativas e no Congresso Nacional com o objetivo central de inibir as práticas docentes de "*doutrinação política e ideológica em sala de aula e a usurpação do direito dos pais dos alunos sobre a educação moral dos seus filhos*" (PLS 193/2016). O ESP tem origem em 2004 com o advogado Miguel Nagib, mas é com a aderência de políticos ligados às bancadas conservadoras ligadas aos interesses do agronegócio (Boi), da defesa do armamento da população (Bala) e de setores religiosos conservadores (Bíblia) que ele toma corpo e dá início a uma série de projetos de leis, nas diferentes esferas legislativas com o intuito de combater o "marxismo cultural", outro signficante vazio, comumente associado à "ideologia de gênero". Todavia cabe ressaltar, que nas suas origens, o ESP não tinha um caráter religioso ou estava ligado às temáticas de gênero. Em sua origem a proposta do projeto era colocar nas salas um cartaz com os deveres de professores e professoras com o intuito de manter a neutralidade com relação à educação de crianças e adolescentes.

Atualmente, é possível dizer que o ESP tomou para si a gramática do discurso da "ideologia de gênero" e inova ao utilizar como estratégias uma suposta justificativa teórica respaldada nos marcos legais que garantem os direitos humanos, mesmo que suas pautas vão no sentido de deslegitimar esses marcos jurídicos. No campo educacional, uma das ações mais difundida por este grupo é o envio de notificações extrajudiciais para instituições educacionais (na figura da pessoa jurídica) e docente (pessoa física). Este documento não tem valor legal, mas tem o intuito de intimidar e até mesmo coibir postura divergente à apreçada pelo grupo.

Luís Roberto Barroso (2008) coloca que essa estratégia de buscar respaldo jurídico para questões com repercussão política ou social não é nova nem exclusiva de campos mais progressistas ou conservadores. Ele também faz uma distinção entre a judicialização e o ativismo jurídico, sendo que a primeira diz respeito ao *modelo de constituição analítica e do sistema de controle de constitucionalidade abrangente adotados no Brasil, que permitem que discussões de largo alcance político e moral sejam trazidas sob a forma de ações judiciais*. (BARROSO, 2010, p. 406). Já o ativismo judicial é uma maneira mais ativa de analisar as leis

potencializando o sentido e alcance de suas normas, para ir além do legislador ordinário. Trata-se de um mecanismo para contornar, bypassar o processo político majoritário quando ele tenha se mostrado

Barroso também aponta os riscos do uso indiscriminado da judicialização e, sobretudo, do ativismo no que diz respeito à legitimidade democrática, à politização da justiça e à falta de capacidade institucional do Judiciário para decidir determinadas matérias. Em outras palavras, o jurista alerta para o fato da impossibilidade de algumas questões serem levadas para o âmbito jurídico sem que haja uma mediação social. Esse é o caso das notificações e interferências propostas pelas pessoas adeptas aos discursos anti-gênero.

Uma das preocupações de representantes do ESP é com as crianças, mas não é uma preocupação qualquer, ela está relacionada a uma suposta (de)formação moral de crianças, há, portanto, um questionamento do papel socializador e pedagógico da escola. Segundo as pessoas adeptas ao discurso da "ideologia de gênero" e ao discurso de que a educação escolar deva ser "neutra" ideologicamente, cabe à família e não à escola a educação moral e sexual das crianças e dos jovens. Na defesa de seus interesses, argumentam que o papel da escola deve ser o de focar no conteúdo disciplinar, de modo acrítico, sem manifestação de crenças pessoais e para isso, fazem uso de diversas estratégias sejam em embates políticos nas diferentes instâncias decisórias das políticas educacionais, como com ações direcionadas ao cerceamento da liberdade de profissionais da educação.

A escola sendo reconhecida como um espaço dinâmico, de acesso a conhecimentos – mesmo controlados e previamente definidos – que permitem ampliar a visão de mundo, desabrochar novas ideias e, portanto, ser também um espaço potencial de transformação social. Por outro lado, muitos descrevem a escola igualmente reprodutora de normas e valores tradicionais, mantenedora e veiculadora de estereótipos e de relações hierárquicas. Tanto o campo da educação quanto os estudos de gênero debatem sobre o caráter conservador da escola bem como sobre seu potencial de transformação, de resistência. Essa ambivalência torna a educação ferramenta de disputa, de controle e de rebeldia, um espaço estratégico para os Estados e para a sociedade. (STROMQUIST, 2007).

O debate em torno da "ideologia de gênero" explicita essa característica dual da escola, pois é nela em que se concretiza o deslocamento que as questões de gênero e sexualidade vêm experimentando dentro do cenário brasileiro. De um debate que dizia respeito a minorias e estava vinculado ao campo dos direitos humanos, hoje parte da luta se transfere das arenas identitárias para uma arena política mais geral. (SEFFNER, 2016). Isto por que as propostas apresentadas nos discursos da "ideologia de gênero" colocam em xeque a legitimidade desta discussão no ambiente escolar, tendo como pano de fundo o embate político e ideológico. No entanto, sob outro aspecto, pois ao invés de reforçar o papel do Estado na construção dos valores sociais, questiona-se a sua pertinência, em especial da escola, na construção desses valores junto aos/às estudantes. (GAVA; VILELLA, 2016).

Consequentemente esse questionamento do papel socializador da escola coloca, no cotidiano escolar, o papel do professor/a na centralidade desta discussão, pois é ele/a quem personifica a possibilidade da escola de superar ou reforçar essas questões nas relações com os estudantes e com entre a comunidade escolar.

Muitos autores vêm refletindo sobre o caráter reprodutor da escola, como um espaço de formação de sujeitos e de normalização de comportamentos, podendo esta ser compreendida como um espaço reprodutor de conceitos, delimitados pelas mesmas relações de poder que estruturam a sociedade. Mas, a escola também é o espaço de construção das resistências a esses processos de controle, um local onde se constrói estratégias de enfrentamento e novas relações, no qual as pessoas estão num processo intenso de participação e num investimento continuado e produtivo na determinação de suas formas de ser e viver.

Pode-se dizer que os discursos defendidos pelo ESP e por aqueles/as que se utilizam do termo "ideologia de gênero" se aproximam ao fazerem críticas às políticas públicas educacionais que veem a escola como uma instituição capaz de promover o questionamento da ordem heteronormativa e da família nuclear e heterossexual como organização social. Para ambos, essas políticas representam uma ameaça a instituição familiar e consequentemente um questionamento da estrutura básica da sociedade, logo uma estratégia socialista.

Utilizando o referencial de gênero de Scott, é necessário que se faça a busca pela descontinuidade, diversidade de sentidos, disputa de poder observadas nos diferentes fatos históricos e entender as consequências desses processos. (SCOTT, 2012)

Buscando perseguir essa linha de raciocínio da autora, na mesma época em que a bancada no legislativo se explicitava em pautas mais conservadoras, há a reeleição da presidenta Dilma Rousseff e na sequência, um evento que marca as discussões de gênero no país, o veto aos materiais didáticos do projeto Escola sem Homofobia que, sinteticamente, buscava o combate à homofobia nas escolas a partir da diversidade sexual como um valor democrático. A partir desse momento surge a expressão kit gay, termo jocoso, atribuído pelo então deputado federal Jair Bolsonaro e, desde então amplamente utilizado tanto na campanha formal como na informal, a partir de notícias falsas.

Esse é um fato da história recente, apresenta, de maneira explícita, como as discussões de gênero estão articuladas a pautas macro do país, não como uma cortina de fumaça, como muitas vezes é alardeado tanto por representantes de campos conservadores, como progressistas, mas como um campo em disputa que vai muito além das questões pautadas pela naturalização das diferenças sexuais entre homens e mulheres, apregoados pelos defensores do ESP.

A retórica da "ideologia de gênero" é amplamente utilizada nos discursos oficiais do atual governo, que se autodefine como conservador e de direita, associado à necessidade de desvinculação de uma postura ideológica adotada pelo governo anterior, definido como de esquerda e progressista, visando fazer frente a um novo projeto de país e sociedade.

Mais uma vez, vale destacar, que não há linearidade nesse processo e muitas estão sendo as respostas e enfrentamentos a esses processos de censura no ambiente escolar. Uma sistematização interessante é o *Manual de Defesa contra Censura nas Escolas* (2018), que conta com a participação de diversas entidades do país para a elaboração de um documento que possa basear o trabalho de defesa da autonomia das escolas e consequentemente de professoras e professores. Neste material são descritos casos modelos, nos quais a autonomia educacional é questionada tanto por figuras de fora da escola, como é o caso das denúncias feitas por famílias ou representantes do poder legislativo a docentes e a própria escola. Como também, apresenta situações em que esses embates ocorrem dentro da instituição escolar, ou seja, a coerção a estudantes e professores pode ser feitas por pares. Em cada um desses casos é referenciada ações de enfrentamento tanto no campo pedagógico como no jurídico.

Provavelmente ações como essas serão mais frequentes, evidenciando que a arena educacional é mesmo um espaço de disputas entre narrativas. Todavia, é importante considerar que espaço terão as discussões sobre gênero como um conceito para a construção de discursos que possam fazer frente a esse processo que vem sendo construído desde a década de 1990, mas que agora ganha corpo e, possivelmente institucionalidade, num governo como o de Jair Messias Bolsonaro. Um caminho possível é explorar essa entrada na escola e a maneira como esse processo vem sendo capitalizado nas relações entre as pessoas.

No caso do discurso da “ideologia de gênero” é possível propor uma análise que explore os possíveis ecos e de que maneira esse discurso reverbera para e com os professores e professoras e suas consequências no cotidiano escolar, com possibilidade de identificar possíveis descontinuidades e diversidade de sentidos.

Bibliografia consultada

AÇÃO EDUCATIVA et al. **Manual de Defesa contra Censura nas Escolas**. São Paulo, SP, 2018. Disponível em: <http://www.manualdedefesadasescolas.org/manualdedefesa.pdf>. Acesso: 03/01/2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento Final da Conferência Nacional de Educação (Conae)**. Brasília, MEC, 2010. Disponível em http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento_final_sl.pdf.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura: La crisis de la Democracia Liberal**. In **Conferência Urbe: Perspectivas Contemporâneas**, Rio de Janeiro [<https://ciceronogueira.com.br/manuel-castells-a-ruptura-crise-na-democracia-liberal-31a7a456e1ae>]. Acesso: 10/12/2018.

_____. **Ruptura: A Crise da Democracia**. Zahar, Rio de Janeiro, 2018.

CARREIRA, Denise. **Igualdade e diferenças nas políticas educacionais: a agenda das diversidades nos governos Lula e Dilma**. 2015. 508p. (Tese de Doutorado) Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

CORNEJO-VALLE, Mónica; PICHARDO, J. Ignacio. La “ideología de género” frente a los derechos sexuales y reproductivos. El escenario español. **cadernos pagu**, Campinas, Nu?cleo de Estudos de Ge?nero- Pagu/Unicamp,, n. 50, 175009, 2017 .

CORRÊA, Sônia. Algumas palavras sobre *Ideologia de gênero: rastros perdidos e pontos cegos*. In: *Colóquio Gênero Ameaça(n)do. Análises e Resistências*, 30 e 31 out. 2017, Rio de Janeiro [<https://youtu.be/VWBJ6GX2Umo>] acesso: 10/12/2018.

_____. A “política do gênero”: um comentário genealógico. **Cad. Pagu**, Campinas , n. 53, e185301, 2018 .

DANILIAUSKAS, M. **Relações de gênero, diversidade sexual e políticas públicas de educação: uma análise do Programa Brasil Sem Homofobia**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, São Paulo, 2011.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 19. ed. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2009.

GAVA, Thais. **Concepções sobre Educação em Sexualidade de Profissionais da Rede Municipal de Educação em São Paulo**. 2013. Dissertação(Mestrado). – São Paulo: UNIFESP/Departamento de Medicina Preventiva, 2013.

JUNQUEIRA, Rogério (org.). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

_____. Ideologia de ge?nero”: a ge?nese de uma categoria poli?tica reaciona?ria – ou: a promoc?a?o dos direitos humanos se tornou uma “ameac?a a? fami?lia natural”? In **Debates contemporaneos sobre Educac?a?o para a sexualidade**. RIBEIRO, Paula Regina Costa, MAGALHÃES, Joanalira Corpes. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017. 284 p.

LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Aute?ntica, 2000.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Soc. estado**, Brasília , v. 32, n. 3, p. 725-748, Dec. 2017 .

MISKOLCI, Richard. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. **Cad. Pagu**, Campinas , n. 53, e185302, 2018 .

ROSADO-NUNES, Maria José F. A “ideologia de gênero” na discussão do PNE: a intervenção da hierarquia católica. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 13, n. 39, p. 1237-1260, jul./set. 2015

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 2, n. 20, p. 71-99, jul./dez. 1995.

_____. “Fantasy Echo: História e a Construção da Identidade”, revista feminista digital **Labrys, estudos feministas**, ns.1-2, jul.-dez. 2002.

_____. Reverberaciones feministas. Revista CS, [S.l.], p. 339-370, dic. 2012. ISSN 2011-0324. Disponible en: http://www.icesi.edu.co/revistas/index.php/revista_cs/article/view/1363>. Acesso em: 23 mar. 2017

_____. Entrevista .Disponível em: <http://www.humanas.unal.edu.co/genero/comunicaciones/entrevista/> . Acessado em: 27 mar.2017.

_____. El género y el Vaticano. In **iHabemus Género! La Iglésia Católica y Ideología de Género**, Rio de Janeiro: ABIA/SPW, 2018.

SEFFNER, Fernando. Atravessamentos de gênero, sexualidade e educação: tempos difíceis e novas arenas políticas. In: REUNIÃO CIENTÍFICA REGIONAL DA ANPED, 11, 2016, Curitiba. **Anais**. Curitiba: UFPR, 2016. v. 1, p. 1 - 17. Disponível em: <http://www.anpedsul2016.ufpr.br/wp-content/uploads/2015/11/Eixo-18-Gênero-Sexualidade-e-Educação.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2017.

VIANNA, Claudia. Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica. **Proposições**, Campinas, v. 23, n.2, p.127-143, mai./ago. 2012. VIANNA, Cláudia. **Políticas de educação, gênero e diversidade sexual**: breve história de lutas, danos e resistências. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.